

**REDE DE COOPERAÇÃO  
DO ARTESANATO**  
da Região Metropolitana  
de Ribeirão Preto



## **Cartografia dos Fazeres e Saberes artesanato e manualidades**



Instituto Paulista de **CIDADES**  
e **IDENTIDADES CULTURAIS**

## **1. Apresentação**

O Instituto Paulista de Cidades e Identidades Culturais (Ipcic) está em pleno desenvolvimento do projeto “Rede de Cooperação do Artesanato da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP)”, com financiamento do Edital de Fomento CULTSP PNAB nº 39/2024, da Secretaria da Cultura, Economia e Indústrias Criativas do Estado de São Paulo.

Com período de execução de março de 2025 a maio de 2026, a iniciativa tem como objetivo valorizar os saberes tradicionais e reconhecer diferentes formas de fazer manual, mapeando tipologias e apoiando a estruturação de redes de artesãos e nos 34 municípios da RMRP. A Rede visa fortalecer o artesanato como expressão cultural, meio de geração de renda e vetor de desenvolvimento local, em sintonia com os princípios da economia criativa e solidária.

O projeto realizou um diagnóstico participativo para identificar as diferentes artesanias existentes no território e mapeou os sujeitos atuantes. Com base nesse mapeamento, foram e ainda estão sendo desenvolvidas ações de mobilização, formação e valorização dos saberes tradicionais e contemporâneos do fazer artesanal.

Ao considerar tanto o artesanato formal quanto outras manualidades não reconhecidas legalmente, o projeto contribui para a superação de invisibilidades históricas que cercam os saberes populares e as atividades produtivas com caráter criativo ou socioeducativo. A Rede busca promover a articulação entre poder público, sociedade civil e os próprios artesãos, fomentando a economia criativa regional e fortalecendo as identidades culturais locais.

## **2. Fundamentação e contextualização**

De acordo com os dados mais recentes do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (atualização de 05 de maio de 2025), o Brasil possui 233.339 artesãos ativos com carteira válida, sendo 10.766 deles registrados no estado de São Paulo. Este número coloca São Paulo entre os estados com maior número de artesãos formalizados (10º. Posição – Gráfico 1), o que revela não apenas o dinamismo do setor, mas também sua relevância sociocultural e econômica no território paulista<sup>1</sup>.

No entanto, esses números representam apenas uma parcela do universo de trabalhadores desta área, uma vez que muitas práticas e ofícios manuais desenvolvidos nos territórios não se enquadram na Portaria Nº 1.007-SEI/2018, que define os critérios para o cadastramento e emissão de Carteira de Artesão.

Dessa forma, o trabalho do Instituto Paulista de Cidades e Identidades Culturais (Ipcic) se destaca ao ampliar o olhar para além do artesanato formal, integrando também outras manualidades regionais em experimentação como o caso do incentivo em produção de peças a partir do bagaço da cana de açúcar, como campo legítimo de produção cultural, geração de renda e fortalecimento da Economia Criativa da região.

---

<sup>1</sup> SICAB, 05.05.2025. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/artesanato/transparencia>. Acesso em: 21 jun. 2025.

## 2.1. Bases normativas e conceituais

O reconhecimento como expressão legítima da cultura e do trabalho está respaldado por um conjunto de normas nacionais e internacionais. Tratados como o PIDESC (1966) e convenções da UNESCO (2003 e 2005) garantem o direito à expressão cultural e à proteção dos saberes tradicionais.

No Brasil, leis como a nº 13.180/2015 e a Portaria nº 1.007-SEI/2018 estruturam o campo do artesanato formal. Outras normas, como o Código Civil, a Lei das Cooperativas e o Estatuto do MEI, oferecem alternativas jurídicas para organização produtiva dos trabalhadores manuais.

O quadro a seguir sintetiza os principais marcos normativos que fundamentam o projeto:

Quadro 1: Normativas do Artesanato e Pactos Internacionais.

Norma / Instrumento Legal	Conteúdo / Contribuição
<u>Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966)</u>	Reconhece o direito à participação cultural e à proteção dos saberes tradicionais.
<u>Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003)</u>	Valoriza os saberes e modos de fazer como patrimônio cultural das comunidades.
<u>Convenção da UNESCO sobre a Diversidade das Expressões Culturais (2005)</u>	Garante o direito à criação e promoção de expressões culturais diversas, incluindo o artesanato e as manualidades.
<u>Lei nº 13.180/2015 – Profissão Artesão</u>	Reconhece o artesão como pessoa física que atua individualmente, em associação ou cooperativa.
<u>Portaria nº 1.007-SEI/2018 – Programa do Artesanato Brasileiro (PAB)</u>	Define o que é artesanato e estabelece os critérios para emissão da Carteira Nacional do Artesão.
<u>Lei nº 5.764/1971, art. 4º – Lei das Cooperativas</u>	Estabelece cooperativas como sociedades civis voltadas à prestação de serviços entre associados.

Fonte: IPCIC, 2025.

Para fundamentar a ampliação do olhar sobre o trabalho manual, o projeto adota uma abordagem que distingue o artesanato, conforme a definição legal, das manualidades, compreendidas como práticas legítimas, mas não formalizadas pelo arcabouço normativo vigente. Essa diferenciação foi construída com base tanto na legislação quanto nas observações empíricas realizadas nos territórios.

A seguir, o Quadro 2 apresenta as definições adotadas no escopo do projeto, reconhecendo a pluralidade de formas de fazer que compõem o campo ampliado da economia criativa local:

Quadro 2: Classificação conceitual de artesanato e manualidades conforme os critérios legais e operacionais adotados no Projeto “Rede de Cooperação do Artesanato da RMRP”, coordenado pelo Ipcic. 2025.

Quadro conceitual	
<b>Artesanato</b>	“[...] é a atividade predominantemente manual, que se utiliza de matérias-primas naturais ou manufaturadas, com transformação e acabamento igualmente manuais, podendo utilizar ferramentas e outros equipamentos, desde que não sejam utilizados processos automatizados ou industriais, na qual o artesão imprime sua identidade cultural e artística, sendo o

detentor do conhecimento sobre o processo e o responsável por todas as suas etapas.” (Portaria nº 1.007/2018, Art. 2º)

### Manualidades

Atividades produtivas realizadas manualmente, com diferentes graus de criatividade, técnica e autoria, que não se enquadram nos critérios do artesanato, mas desempenham papel relevante na geração de renda, expressão pessoal, inclusão social ou educação comunitária. Podem envolver o uso de matérias-primas recicláveis ou reaproveitadas, com fins econômicos, criativos ou socioeducativos

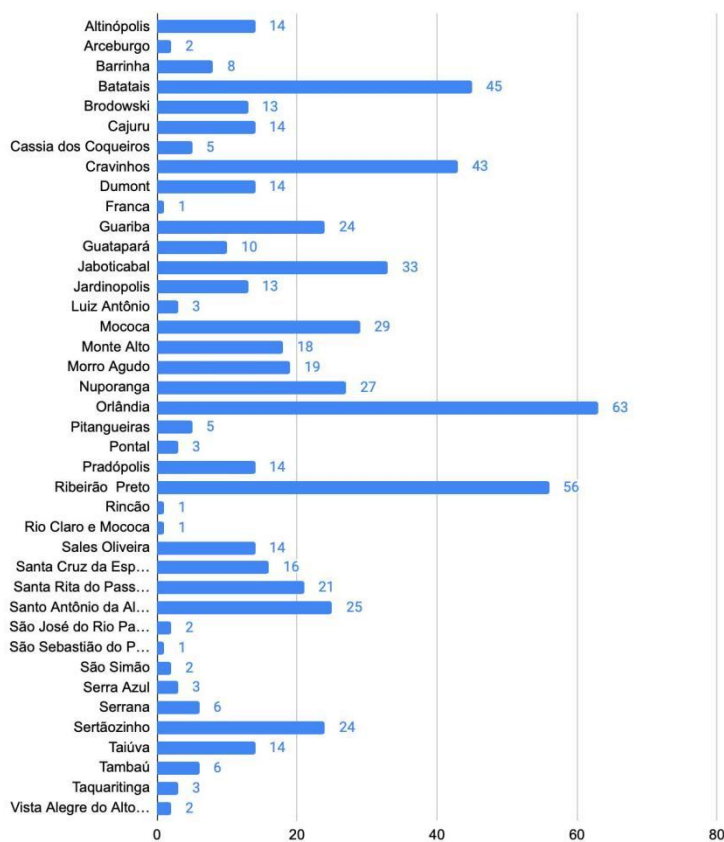
Fonte: Elaboração própria com base na Portaria nº 1.007-SEI/2018 e nas diretrizes conceituais do projeto Ipcic.

## 3. Resultados preliminares do mapeamento do artesanato e manualidades na RMRP

O projeto “Rede de Cooperação do Artesanato da Região Metropolitana de Ribeirão Preto” realizou a coleta de dados com artesãos e trabalhadores manuais dos municípios da RMRP, por meio de formulário estruturado com perguntas fechadas e abertas. A ação objetiva identificar artesanato e as práticas manuais existentes no território, mapear técnicas e materiais utilizados, levantar a presença de coletivos organizados e compreender os perfis produtivos da região.

A amostra parcial do mapeamento (outubro/novembro de 2025) conta com **mais de 600 respondentes**, representando um panorama expressivo da diversidade de saberes e fazeres presentes nos 34 municípios da região.

Quadro 3: Resultados preliminares do mapeamento do artesanato da RMRP pelo Ipcic.



Fonte: Ipcic, 2025.



No estado de São Paulo houve transição da área de gestão do artesanato, com a extinção da Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades (SUTACO) e a criação do Programa Empreendedor Artesão gerido pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

No plano local, a organização coletiva dos artesãos e trabalhadores manuais assume diversas formas no âmbito do setor privado (associações, cooperativas, coletivos e grupos informais) e público (gestão e políticas públicas com foco no artesanato e inserção dos artesãos no mercado).

Há alguns anos, o Ipcic voltou seu olhar para o desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto. Tem realizado pesquisa e proposto desenhos de governança e redes por meio de metodologias participativas<sup>3</sup>, como ocorreu no Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, que incluiu representantes de 34 municípios, setor privado e sociedade civil em sua instância decisória. Além disso, o Ipcic acumula a experiência de seus membros no setor. Este é o caso do trabalho realizado por Adriana Silva: mentoria de organizações não governamentais, cuja régua de maturidade desenvolvida para esta formação, foi a base para a construção de uma ferramenta similar, adaptada para este projeto. E a prática de Maria de Fátima Mattos, coordenadora geral deste projeto de fortalecimento do artesanato, que traz para a iniciativa mais de 30 anos de envolvimento com a arte e as artesanias.

Finalmente, é importante reforçar que os instrumentos de governança e apoio à organização e produção coletiva a serem elaborados pelo Ipcic, serão baseados no respeito à diversidade cultural, criativa e empreendedora, bem como no protagonismo dos sujeitos do território. A criação de espaços de escuta, o fomento a redes de cooperação são fundamentais para consolidar uma política de fazeres manuais, já enraizados na RMRP, demonstrando um artesanato sustentável e inclusivo.

#### **4.1. Matriz de Saberes e Fazeres**

A Matriz de Saberes e Fazeres: Tipologias do Artesanato na Região Metropolitana de Ribeirão Preto foi elaborada pelo Ipcic como instrumento de referência para a análise dos dados coletados no mapeamento territorial realizado junto aos 34 municípios da região.

Sua construção articula marcos legais, especialmente a Portaria nº 1.007/2018 do Ministério da Cidadania e observações diretas realizadas em visitas técnicas e entrevistas com sujeitos da RMRP, sobre os modos de fazer locais. O objetivo é oferecer uma classificação inclusiva das atividades manuais encontradas, distinguindo entre aquelas que se enquadram como artesanato (Portaria n.1007/2018) e aquelas que compõem o campo ampliado das manualidades, com reconhecido valor social, criativo ou econômico.

A matriz também cumpre uma função estratégica no projeto: subsidiar o desenho da governança da Rede de Cooperação do Artesanato da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, permitindo identificar os diferentes perfis de

---

<sup>3</sup> SEBRAE. Relatórios da Região Metropolitana de Ribeirão Preto. 2024. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/artigos/relatorios-da-regiao-metropolitana-de-ribeirao-preto,3266967738352910VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 21 jun. 2025.

trabalhadores manuais, suas necessidades, potencialidades e formas de organização. Ao reconhecer tanto os saberes tradicionais quanto as práticas contemporâneas, a matriz contribui para orientar políticas públicas mais sensíveis à diversidade produtiva e cultural da região.

Quadro 4: Matriz de Saberes e Fazeres: Tipologias do Artesanato e das Manualidades na Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

<b>ARTESANATO (Portaria n.1007/2018)</b>			
<b>Tipologias Propostas</b>	<b>Definição</b>	<b>Exemplos (base IPCIC e legislação)</b>	<b>Observações para análise dos dados coletados</b>
<b>Matéria-prima natural</b>	Produção manual com identidade cultural e domínio integral da técnica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modelagem manual de cerâmica com barro cru (sem moldes)</li> <li>- Escultura em madeira não tratada com entalhe manual e desenho próprio</li> </ul>	Identificar domínio integral da técnica e autoria. Validado com base em registros de artesãos que trabalham com cerâmica e madeira na RMRP.
<b>Matéria-prima manufaturada</b>	Idem, com uso de matérias-primas industrializadas como tecidos, linhas, madeira tratada. Requer autoria e domínio de todas as etapas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cestarias com fibras vegetais (tábua, bananeira, palha de milho)</li> <li>- Esculturas em madeira de reaproveitamento talhada à mão</li> <li>- Peças em cerâmica moldadas manualmente com barro local</li> <li>- Tecelagem artesanal com fios produzidos no próprio ateliê</li> <li>- Costura pode ser artesanato se houver autoria, domínio integral do processo e baixa industrialização. (Verificar se há criação própria e controle de todas as etapas).</li> <li>- Peças como bolsas ou nécessaires feitas com moldes próprios, com identidade estética clara e domínio técnico integral</li> </ul>	A matéria-prima deve vir da natureza sem beneficiamento industrial significativo. Confirmar uso de saber tradicional e autoria no processo.
<b>Matéria-prima sintética</b>	Idem, com uso de materiais como plástico, borracha, resinas ou recicláveis, desde que com autoria e transformação criativa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Biscuit com resina (se enquadra quando a modelagem for autoral, sem moldes prontos).</li> <li>- Costura criativa com materiais sintéticos (se enquadra se houver autoria, com criação de moldes e execução manual de todas as etapas)</li> <li>- EVA.3D (com biscuit+MDF) (se enquadra se for criação autoral e execução integral manual (ex.: esculturas, personagens, decoração). Se for apenas colagem ou</li> </ul>	A Portaria reconhece esse tipo desde que haja transformação criativa. Observar se há autoria e originalidade. Esses exemplos não apareceram nominalmente na planilha, mas são reconhecidos pela Portaria quando há transformação criativa.

		montagem com moldes não é artesanato.	
Outras atividades manuais			
Tipologias Propostas	Definição	Exemplos (base Ipcic e legislação)	Observações para análise dos dados coletados
<b>Empreendedoras</b>	Produções de peças manuais para fins de obtenção de renda. Geralmente usam modelos prontos e não moldes que dá a ideia de costura.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Costura de necessários com <b>moldes prontos/comerciais</b>, padronizadas, com foco em renda ausência de autoria)</li> <li>- Panos de prato com aplicação de barrado industrial e padrão repetido</li> </ul>	Predominam reprodução e foco comercial. Importante para políticas de empreendedorismo popular. Verificar se há geração de renda e autonomia produtiva.
<b>Criativas</b>	Produções manuais com identidade, estética própria (design) e inovação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bordados com frases ou desenhos autorais sobre pano de prato</li> <li>- Combinação livre de técnicas têxteis (ex: crochê com colagem ou pintura) com estilo próprio</li> </ul>	Pode haver inovação na expressão artística. Categoria abrange artistas populares, <i>makers</i> (pessoas que fazem, adaptam ou reinventam objetos) e designers independentes. Importante captar o sentido autoral e a estética singular.
<b>Educativas/ sociais</b>	Atividades manuais desenvolvidas em oficinas, espaços comunitários, socioeducativos ou terapêuticos. O foco está no processo formativo, na inclusão ou saúde mental com redes de apoios	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bordado ou crochê em grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade</li> <li>- Pintura e bordado em oficinas oferecidas por centros sociais ou programas públicos</li> </ul>	O foco é o valor social. Verificar se há vínculo com políticas públicas de assistência, cultura, saúde mental, geração de vínculos e autoestima. Muitas vezes ele é porta de entrada.

Fonte: IPCIC. *Matriz de Saberes e Fazeres – Tipologias do Artesanato e das Manualidades na RMRP*. Baseada na Portaria nº 1.007/2018 do Ministério da Cidadania e em revisão bibliográfica, 2025.

## 4.2. Régua de Maturidade do Artesanato: Tecnologia Social (TS)

A Régua de Maturidade do Artesanato é uma tecnologia social desenvolvida pelo Instituto Paulista de Cidades e Identidades Culturais como instrumento diagnóstico e formativo voltado ao fortalecimento das redes de artesanato e das atividades de manualidade nos municípios da Região Metropolitana de Ribeirão Preto. Inspirada em metodologias participativas e pautada nos princípios da Economia Criativa e Solidária, a régua busca valorizar os saberes manuais, promover a

autonomia produtiva e fomentar a organização coletiva em redes colaborativas. Sobretudo, oferece um instrumento de gestão que pode ser aplicado para viabilizar o reconhecimento situacional de artesãos em diferentes fases de seu aprimoramento técnico.

A experiência do Ipcic em campo mostrou que quando os projetos de fomento e difusão do artesanato se propõem a ser inclusivos, geralmente, o que se encontra é uma diversidade tanto técnica quanto estilística, que vão desde a falta de domínio ou aprimoramento de habilidades, até desconhecimento de informações necessárias como a apresentação do produto ao mercado, acabamento ou finalização, identificação da técnica e dos materiais utilizados, dentre outros. Esse desnivelamento técnico natural, considerando a trajetória de cada artesão, iniciante ou mais experiente; formados em centros educacionais formais ou informais, mas destacados pela prática do fazer; capacitado no uso de tecnologias ou com nenhuma experiência tecnológica, exigem projetos com modelos de gestão que atentem ao fator de inclusão. É preciso proporcionar a todos, aprendizados e aprimoramentos que permitam as transições nos vários estágios de qualificação do produto artesanal de acordo com o plano e desejo do artesão.

Ficou evidente para a equipe do Ipcic que o artesanato é, em sua base estruturante, uma prática democrática, por si só inclusiva, individual ou coletiva, que de maneira muito expansiva apresenta-se disponível a interagir com praticantes iniciados a partir das mais diversas motivações, desde a busca por saúde mental até a um projeto de vida como empreendedor. Reconhecer esses estágios e oferecer conhecimento, ferramentas e tecnologias para os avanços desejados pelos artesãos é um desafio.

Foi este contexto que validou ao longo dos primeiros cinco meses do projeto de criação da Rede, a TS Régua de Maturidade do Artesanato. Depois de instruídos sobre cada uma das fases de aprimoramento estético, técnico e mercadológico, os próprios artesãos se posicionavam na régua, mostrando-se ávidos pelos avanços. Em conjunto passaram a sua autoavaliação, compreendendo assim, a seleção natural daquele que deveria compor a primeira seleção para fins de exposição. Em outras palavras, os artesãos perceberam que valorizar o produto pelo processo vem antes de julgar o resultado e, que a experiência de todos no processo é uma forma de inclusão e produção em rede.

A concepção da TS baseia-se na experiência anterior do Ipcic com a tecnologia social “Diagnóstico de Potencialidades e Identidades Culturais – Cidadania e Cocriação”, reconhecida e certificada pela Fundação Banco do Brasil em 2017<sup>4</sup>, nas categorias Renda e Educação, por atender aos critérios de inovação, protagonismo comunitário, replicabilidade e baixo custo. A régua aqui apresentada expande esses princípios ao campo da economia do fazer manual, com potencial de aplicação em outras regiões e contextos culturais.

---

<sup>4</sup> IPCIC. Diagnóstico de potencialidades e identidades culturais: cidadania e cocriação. Tecnologia Social Certificada pelo Banco do Brasil nas categorias Renda e Educação, em 2017. Disponível em: [https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/diagnostico-de-potencialidade-e-identidades-culturais-cidadania-e-cocriacao?utm\\_source=chatgpt.com](https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/diagnostico-de-potencialidade-e-identidades-culturais-cidadania-e-cocriacao?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 21 jun. 2025.

A ferramenta organiza o processo de amadurecimento em cinco eixos, com 13 etapas e quatro níveis de maturidade, que refletem as diferentes dimensões da trajetória de amadurecimento de artesãos e artesãs. Cada eixo reúne competências práticas e simbólicas que sustentam o fortalecimento do fazer manual como atividade cultural, produtiva e empreendedora.

Quadro 5: Eixos da Matriz de Maturidade

EIXOS		CARACTERIZAÇÃO E ETAPAS
EIXO 1	Identidade e propósito	Este eixo reflete não apenas o reconhecimento da atividade artesanal como parte do projeto de vida, mas o grau de comprometimento subjetivo e prático com essa escolha. Inclui elementos como identidade cultural, motivação, sentido de pertencimento à atividade e intenção empreendedora. É a base da decisão de seguir no caminho da profissionalização. Etapa 1: Reconhecimento do fazer artesanal como projeto de vida Etapa 2: Compromisso com a trajetória empreendedora Identificador: prática por lazer
EIXO 2	Qualificação do fazer manual	Aqui o foco é na construção da competência técnica e da capacidade de produção regular com qualidade. A maturidade neste eixo se expressa pelo domínio das técnicas, pelo cuidado com o acabamento e pela capacidade de manter uma produção coerente com o mercado e com sua identidade criativa. Etapa 3: Domínio técnico reconhecido Etapa 4: Produção com regularidade Etapa 5: Acabamento e valor percebido Identificador: prática de reprodução sem processos autorais
EIXO 3	Interação com o Mercado	Este eixo acompanha o processo de entrada, presença e permanência no mercado. Inclui a relação com o cliente, a precificação justa, a divulgação e os canais de comercialização. A maturidade aqui se expressa pela capacidade de dialogar com o mercado sem perder a identidade cultural do produto. Etapa 6: Precificação consciente Etapa 7: Divulgação e presença digital Etapa 8: Relacionamento com clientes Etapa 9: Comercialização contínua e canais de venda Identificador: evidências dos processos autorais
EIXO 4	Gestão e sustentabilidade do negócio	Aqui são incluídas as competências de organização do negócio, formalização, planejamento e controle financeiro. É o eixo que transforma o fazer manual em uma atividade economicamente sustentável e que prepara o artesão(a) para acessar políticas públicas, editais e programas de apoio. Etapa 10: Formalização e emissão de nota fiscal Etapa 11: Planejamento e controle do negócio Identificador: processos autorais com identificação do mercado, continuidade instável e segue referências em sua técnica.
EIXO 5	Colaboração e valor	Este eixo representa o estágio mais avançado de

cultural	<p>maturidade: quando o artesão(a) atua coletivamente, contribui para a cultura de seu território, participa de redes, associações ou cooperativas e reconhece seu fazer como parte de uma herança coletiva. A maturidade plena se expressa pelo compromisso com o bem comum, a proteção dos saberes tradicionais e a troca colaborativa.</p> <p>Etapa 12: Participação em redes, grupos ou coletivos  Etapa 13: Valorização dos saberes culturais e do território  Identificador: processos autorais com identificação do mercado, continuidade garantida e atua como sendo referência em sua técnica.</p>
----------	---

Fonte: Ipcic, 2025.

Para cada etapa da régua, o artesão deve se autoavaliar conforme os quatro níveis de maturidade descritos abaixo. Essa escala permite identificar o estágio atual da prática em cada dimensão e apoiar a construção de metas realistas de desenvolvimento, respeitando os diferentes tempos de amadurecimento de cada trajetória.

Quadro 6: Escala de maturidade

Nível	Pesos	Descritores
<b>Nível 1 – Inicial</b>	<b>1 ponto</b>	A etapa ainda não foi iniciada ou está apenas no campo da intenção. A prática é eventual, não estruturada ou ainda não começou a se desenvolver
<b>Nível 2 – Caminhando</b>	<b>2 pontos</b>	A prática está em desenvolvimento, com avanços parciais e instabilidade. Há esforços concretos para avançar, mas ainda com irregularidade e necessidade de apoio.
<b>Nível 3 – Consolidado</b>	<b>3 pontos</b>	A prática está implantada com regularidade, consistência e coerência. Já faz parte da rotina produtiva ou da identidade profissional da pessoa.
<b>Nível 4 – Referência</b>	<b>4 pontos</b>	A prática é sólida, reconhecida por outros(as), e serve como exemplo, ou fonte de inspiração, ou de apoio em redes, grupos no território. Representa maturidade plena.

Fonte: Ipcic, 2025.

#### COMO CALCULAR:

- O participante marca um nível para cada uma das 13 etapas.
- Cada resposta recebe um peso (de 1 a 4) de acordo com o quadro 5.
- Soma-se o total de pontos obtidos.

Quadro 7: Faixas de pontuação para definição do nível de maturidade

Pontuação Total	Nível de Maturidade	Interpretação
<b>13 a 22 pontos</b>	<b>Nível 1 – Inicial</b>	Está no começo da jornada; práticas pouco estruturadas ou ainda em intenção.
<b>23 a 33 pontos</b>	<b>Nível 2 – Caminhando</b>	A pessoa iniciou a organização de sua prática, mas ainda com instabilidades.
<b>34 a 44 pontos</b>	<b>Nível 3 – Consolidado</b>	Já atua de forma consistente; tem estrutura básica de negócio artesanal.

**45 a 52 pontos****Nível 4 –  
Referência**

Atuação madura, com impacto positivo no território e em outros artesãos.

Fonte: Ipcic, 2025.

**OBS.:** Esta escala deve ser usada como instrumento de autoconhecimento e planejamento formativo, e não como julgamento. Ela valoriza a diversidade de experiências e promove o fortalecimento progressivo de cada trabalhador(a) manual em seu contexto.

### 4.2.1. Instrumento: régua de maturidade do artesanato

Quadro 8: Instrumento de autoavaliação de maturidade

Eixo	Etapa	Roteiro	Siga o quadro 5 para responder cada pergunta
<b>1. Identidade e propósito</b>	1. Projeto de vida	Você reconhece o fazer artesanal como parte significativa do seu projeto de vida?	( ) Inicial ( ) Caminhando ( ) Consolidado ( ) Referência
	2. Intenção empreendedora	Você se compromete com sua trajetória como artesão(ã), buscando atuar profissionalmente?	( ) Inicial ( ) Caminhando ( ) Consolidado ( ) Referência
<b>2. Qualificação do fazer manual</b>	3. Domínio técnico	Você domina uma ou mais técnicas artesanais com qualidade reconhecida por outras pessoas?	( ) Inicial ( ) Caminhando ( ) Consolidado ( ) Referência
	4. Regularidade produtiva	Você consegue produzir com frequência e quantidade mínima para atender a uma demanda?	( ) Inicial ( ) Caminhando ( ) Consolidado ( ) Referência
	5. Acabamento e valor percebido	Você finaliza seus produtos com bom acabamento e apresenta suas peças considerando o valor percebido?	( ) Inicial ( ) Caminhando ( ) Consolidado ( ) Referência
<b>3. Interação com o mercado</b>	6. Precificação consciente	Você calcula o preço do seu produto considerando os custos, o tempo de produção e a margem de lucro?	( ) Inicial ( ) Caminhando ( ) Consolidado ( ) Referência
	7. Divulgação e presença digital	Você divulga seu trabalho com	( ) Inicial

		regularidade em feiras, redes sociais ou plataformas digitais?	<input type="checkbox"/> Caminhando <input type="checkbox"/> Consolidado <input type="checkbox"/> Referência
	7.1. Perfil digital	Você mantém um perfil digital em nome do seu negócio (Instagram, site, catálogo digital etc.)?	<input type="checkbox"/> Inicial <input type="checkbox"/> Caminhando <input type="checkbox"/> Consolidado <input type="checkbox"/> Referência
	8. Atendimento ao cliente	Você escuta e registra pedidos e feedbacks dos clientes como forma de melhorar sua produção?	<input type="checkbox"/> Inicial <input type="checkbox"/> Caminhando <input type="checkbox"/> Consolidado <input type="checkbox"/> Referência
	9. Venda contínua	Você comercializa seus produtos de forma contínua, gerando renda para seu sustento?	<input type="checkbox"/> Inicial <input type="checkbox"/> Caminhando <input type="checkbox"/> Consolidado <input type="checkbox"/> Referência
	9.1. E-commerce	Você participa de redes ou plataformas de venda online (Instagram, Elo7 etc.)?	<input type="checkbox"/> Inicial <input type="checkbox"/> Caminhando <input type="checkbox"/> Consolidado <input type="checkbox"/> Referência
	9.2. Logística	Você tem meios de transportar e entregar seus produtos em outras localidades?	<input type="checkbox"/> Inicial <input type="checkbox"/> Caminhando <input type="checkbox"/> Consolidado <input type="checkbox"/> Referência
	9.3. Ponto de venda	Você expõe ou vende seus produtos em pontos físicos de venda?	<input type="checkbox"/> Inicial <input type="checkbox"/> Caminhando <input type="checkbox"/> Consolidado <input type="checkbox"/> Referência
	9.4. Feira ou circuito	Você participa com frequência de feiras ou eventos de comercialização?	<input type="checkbox"/> Inicial <input type="checkbox"/> Caminhando <input type="checkbox"/> Consolidado <input type="checkbox"/> Referência
<b>4. Gestão e sustentabilidade do negócio</b>	10. Formalização jurídica	Você possui CNPJ e emite nota fiscal quando necessário?	<input type="checkbox"/> Inicial <input type="checkbox"/> Caminhando <input type="checkbox"/> Consolidado <input type="checkbox"/> Referência
	11. Planejamento e controle	Você faz algum tipo de controle financeiro ou planeja seu negócio artesanal?	<input type="checkbox"/> Inicial <input type="checkbox"/> Caminhando <input type="checkbox"/> Consolidado

<b>5. Colaboração e valor cultural</b>	12. Participação coletiva	Você participa de redes, grupos, associações ou cooperativas de trabalhadores manuais ou artesãos?	( ) Referência ( ) Inicial ( ) Caminhando ( ) Consolidado ( ) Referência
	13. Valorização cultural	Seu trabalho incorpora saberes tradicionais ou referências culturais do território?	( ) Inicial ( ) Caminhando ( ) Consolidado ( ) Referência

Fonte: Ipcic, 2025.

## 5. Referências

**BRASIL.** Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Portaria nº 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018.* Estabelece diretrizes para o cadastramento e emissão da Carteira Nacional do Artesão. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jun. 2018. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51509848](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51509848). Acesso em: 21 jun. 2025.

**BRASIL.** Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. *Programa do Artesanato Brasileiro (PAB)*. Brasília: Governo Federal, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/artesanato>. Acesso em: 21 jun. 2025.

**FLORIAN, Fabiana; DE LORENZO, Helena Carvalho.** Território e ambiente institucional: o arranjo produtivo local (APL) “Bordados de Ibitinga-SP”. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional – G&DR*, v. 4, n. 4, p. 25–53, set./dez. 2008. Taubaté, SP: UNITAU. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/172/134/218&ved=2ahUKEwj85HP84KOAxUjSpUCHY05K-4QFnoECCIQAQ&usq=AOvVaw2r5-eMYm0E1kQFBvH4tzPR>. Acesso em: 21 jun. 2025.

**FUINI, L. L.** A governança em Arranjos Produtivos Locais (APLs): algumas considerações teóricas e metodológicas. *Geografia (Londrina)*, v. 23, n. 1, p. 57–83, jan./jun. 2014. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/14390>. Acesso em: 21 jun. 2025.

**INSTITUTO PAULISTA DE CIDADES E IDENTIDADES CULTURAIS (IPCIC).** *Diagnóstico de potencialidades e identidades culturais: cidadania e cocriação.* Tecnologia Social Certificada pelo Banco do Brasil nas categorias Renda e Educação, em 2017. Disponível em: [https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/diagnostico-de-potencialidade-e-identidades-culturais-cidadania-e-cocriacao?utm\\_source=chatgpt.com](https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/diagnostico-de-potencialidade-e-identidades-culturais-cidadania-e-cocriacao?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 21 jun. 2025.

**REDE NACIONAL DO ARTESANATO.** *Base conceitual para o Sistema de Gestão do Artesanato Brasileiro.* [S.l.]: Rede Nacional do Artesanato, 2021. Disponível em: <https://redeartesanatobrasil.com.br/2021/10/20/base-conceitual/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

**SUZIGAN, Wilson; GARCIA, Renato; FURTADO, João.** Arranjos produtivos locais e políticas públicas. *Revista de Administração de Empresas*, v. 47, n. 4, p. 10–17, out./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/YzLnd8NGLfWFBKkYZkppZks/?lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2025.